

★ MUTIRÃO ★ *TecnoClima*

➤ Rumo à COP 30 ➤

*diálogo com o poder
público rumo à COP30*



Instituto
de Tecnologia
& Sociedade
do Rio



World-Transforming
Technologies



Resumo Executivo

O encontro TecnoClima Brasília consolida uma etapa estratégica do Mutirão TecnoClima rumo à COP 30, ao reunir governo federal, sociedade civil, academia, juventudes e povos e comunidades tradicionais em torno do eixo central: ciência, tecnologia e inovação (CT&I) como base da implementação climática justa. A capital federal foi palco de uma convergência de vozes e perspectivas, reafirmando que a política climática precisa ser orientada por evidências, mas também ancorada em justiça social e reconhecimento dos saberes tradicionais.

O evento, organizado em parceria entre o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), a WTT e a Plataforma CIPÓ, alternou momentos de escuta institucional, debate técnico e dinâmicas colaborativas. O evento contou com o apoio da WWF Brasil, Instituto Clima e Sociedade (iCS) e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O resultado é um diagnóstico: é preciso alinhar a política de CT&I nos debates e negociações de clima e meio ambiente, além de garantir protagonismo dos povos e comunidades tradicionais em políticas nacionais e internacionais.

Abertura e Mesa 1 – O que é e onde está a agenda de CT&I na COP30?

Participantes

Pedro Ivo Ferraz da Silva (Ministério das Relações Exteriores)
Antonio Marcos (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação)
Cristiane Julião (Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade/Câmara de Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade-CGEN)
Mediação: Gaston Kremer (WTT)

Pontos de destaque

Clima é ciência

O regime climático “nasce da ciência” — o IPCC precede a Convenção — e, portanto, é preciso recolocar a evidência científica no centro das decisões políticas. Essa origem confere à ciência não apenas o papel de diagnóstico, mas de bússola normativa, orientando decisões políticas, financeiras e tecnológicas. Recolocar a evidência científica no centro do processo decisório é, portanto, condição essencial para assegurar coerência entre metas e ações.

Casa da Ciência COP 30

O projeto da Casa da Ciência no Museu Goeldi na COP 30 buscará valorizar a produção científica brasileira e latino-americana, promovendo o intercâmbio entre saberes, tecnologias e territórios. A proposta traduz o objetivo do Brasil de recolocar a ciência no centro da governança climática internacional, projetando a Amazônia como símbolo da transição justa e baseada em evidências.

COP da implementação

A COP 30 marcará uma nova fase do regime climático: a era da implementação efetiva. O embaixador destacou que o Brasil tem o dever de fazer da conferência uma COP dos resultados concretos, sustentados pela ciência e pela ação.

O Brasil é pioneiro na construção de infraestrutura pública de dados climáticos baseadas em ciência. Com tecnologias governamentais, abertas para apoiar políticas públicas e o monitoramento da NDC.

Saberes tradicionais como parte da ciência climática

Os povos indígenas e comunidades tradicionais produzem conhecimento científico há séculos. A tecnologia deve nascer do território e retornar a ele em forma de benefício coletivo.

Aspas Selecionadas

“A COP 30 será a COP da implementação. Ciência e tecnologia devem orientar cada decisão.” — Pedro Ivo Ferraz da Silva, MRE

“Os sistemas de informação climática são ferramentas de Estado, não apenas de governo.” — Antonio Marcos, MCTI

“O nosso laboratório é a natureza. As nossas ciências são sentidas.” — Cristiane Julião, ANMIGA/CGEN

Casos, cases e instâncias citadas

[Campanha “A Resposta Somos Nós” da APIB -Reafirmando o protagonismo indígena na ação climática e na incidência política global.](#)

[Earth Information Day \(ONU/IPCC\) — Evento científico dentro da COP que apresenta o estado atualizado da ciência climática global, incluindo dados do IPCC e da Organização Meteorológica Mundial.](#)

[Adapta Brasil — Plataforma do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação \(MCTI\) que mapeia vulnerabilidades climáticas e apoia políticas de adaptação em nível municipal e regional.](#)

[SIRENE \(Sistema de Registro Nacional de Emissões\) — Sistema que reúne informações sobre emissões de gases de efeito estufa no Brasil, fortalecendo a transparência climática.](#)

[Plataforma PrevisIA — Ferramenta de inteligência artificial desenvolvida em parceria com a Amazon para prever focos de desmatamento com base em dados de satélite e estradas clandestinas.](#)

Palestra – Tecnologia, Inovação e Mobilização na Agenda da COP 30

Pedro Ivo Ferraz da Silva (Ministério das Relações Exteriores)

Pontos de destaque

Direcionalidade tecnológica e justiça climática

A inovação não pode ser deixada à lógica de mercado, mas precisa ser guiada por políticas públicas. Um novo paradigma tecnológico deve ser orientado pela sustentabilidade e pela equidade, com o Estado desempenhando papel central.

Coprodução de tecnologia

O Brasil tem condições únicas de liderar a agenda tecnológica do Sul Global, conectando capacidades científicas e práticas locais a partir de uma lógica de co-criação. Ele destacou a importância de reposicionar os países em desenvolvimento como coprodutores de soluções climáticas, e não apenas como receptores de tecnologia.

Transferência, desenvolvimento endógeno e PI

Mais que “transferir”, é indispensável cocriar: fortalecer capacidades locais de P&D, adaptação e codesenho tecnológico. A concentração de patentes e a baixa disposição para discutir propriedade intelectual

travam difusão e justiça tecnológica; o Brasil propõe reabrir essa conversa com enfoque em acesso, licenciamento e inovação aberta.

IA para o clima, com pegada controlada

A inteligência artificial já apoia monitoramento, previsão e gestão de riscos, mas carrega custos ambientais (energia, hardware, dados). A agenda brasileira combina uso responsável (eficiência algorítmica e energética), democratização do desenvolvimento (Sul Global como produtor, não só usuário) e formação via Academia de IA para o Clima e Green Digital Action Center (em parceria com ITU/UNESCO).

Aspas Selecionadas

“A tecnologia é um vetor da transição justa — e o Sul Global deve liderar essa mudança.” — Pedro Ivo Ferraz da Silva, MRE

“Não basta identificar necessidades tecnológicas; é preciso implementar.” Pedro Ivo Ferraz da Silva, MRE

“A IA pode ajudar no clima, mas tem pegada ambiental — eficiência e governança importam tanto quanto desempenho.”
- ≈, MRE

Casos, cases e instâncias citadas

[Technology Implementation Program \(ONU\) — Programa em negociação no âmbito da Convenção do Clima \(UNFCCC\) para apoiar países em desenvolvimento na implementação de tecnologias prioritárias.](#)

[CTCN – Climate Technology Centre and Network — Centro e rede da ONU que presta assistência técnica a países em desenvolvimento para planejar e implementar soluções tecnológicas para mitigação e adaptação](#)

[TEC – Technology Executive Committee – Comitê executivo que avalia tecnologias emergentes e propõe políticas no campo climático.](#)

[Academia de IA para o Clima — Iniciativa brasileira vinculada à COP 30, à UNESCO e ao ITS Rio, voltada à capacitação em inteligência artificial sustentável.](#)

[Parque Científico e Tecnológico do Guamá \(Belém\) - Instituição pública de pesquisa e desenvolvimento fundada em 2010, situada no município de Belém, vinculada ao Governo do Estado do Pará](#)

Mutirão TecnoClima: aprendizados e legado

Participantes:

Gabriella da Costa (ITS Rio)

Lennon Medeiros (Visão Coop)

Marianna Budagarianna (Instituto Tony Blair)

Pontos de destaque

Mutirão como prática social e política de inovação

Mutirão na COP 30 apresenta uma reinvenção do conceito tradicional de mutirão. Antes associado a ações comunitárias locais — como construir, limpar, plantar —, o termo agora ganha dimensão política, tornando-se estratégia de mobilização pública para a ação climática. Ele ressaltou que “o mutirão é o esforço coletivo que conecta o território à mesa de negociação”, aproximando práticas populares da agenda internacional de clima e tecnologia. Essa tradução entre linguagens, ritmos e escalas é, segundo ele, o que dá vitalidade ao movimento.

Território como ponto de partida da inovação

A inovação emerge do chão dos territórios, onde robótica, agricultura urbana e tecnologias comunitárias são aplicadas para resolver

problemas concretos. É preciso construir uma ponte entre o poder computacional e o poder popular”, revelando uma visão de tecnologia que nasce da prática e do pertencimento.

Mutirão como rede de ação multissetorial

O Mutirão tecnoclima é mais que um evento: é uma plataforma viva de colaboração entre governo, academia, sociedade civil e setor privado. Seu propósito é conectar ciência, tecnologia e justiça climática em uma agenda contínua, produzindo insumos e recomendações para a COP 30 e além.

Tecnologia orientada a resultados reais

O valor da inovação está em sua capacidade de produzir impacto concreto. A tecnologia não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta para transformar informação em ação. Não basta gerar dados ou algoritmos sofisticados — é necessário garantir que esses recursos estejam conectados a resultados reais, capazes de melhorar políticas públicas, orientar decisões e fortalecer a conservação ambiental.

Aspas Selecionadas

“Falta entendimento técnico, mas também confiança. O desafio é construir pontes entre inovação e governança.” — Marianna Budaragina (Tony Blair Institute)

“A inteligência coletiva que vem das periferias, das quebradas e das comunidades tradicionais precisa ser reconhecida como parte da solução climática. Não fomos nós que produzimos esse caos, mas somos nós que podemos construir esperança e saídas para ele.” — Lennon Medeiros (Visão Coop)

“A conexão entre soluções locais e impacto global é o caminho para uma COP30 realmente de implementação.” — Gabriella da Costa (ITS Rio)

Casos, cases e instâncias citadas

[Iha de Deus \(Recife – PE\): Experiência de monitoramento ambiental e enfrentamento da poluição industrial, com apoio da Associação Comunitária Caranguejo Uçá.](#)

[Plataforma Mutirão TecnoClima](#)

[Mapeamento digital com mais de 100 iniciativas tecnológicas de clima e meio ambiente. Inclui projetos de governo, academia, startups e sociedade civil.](#)

Lançamento e Debate – Policy Brief “Reavaliando o papel da CT&I”

Participantes

Marília Closs (Plataforma CIPÓ)

Lara Ramos (WTT)

Pontos de Destaque

Instrumentos de CT&I sob disputa política e geopolítica

Os instrumentos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), criados nas convenções do Clima, Biodiversidade e Desertificação desde 1992, não são neutros. São atravessados por disputas políticas, econômicas e geopolíticas que definem quem se beneficia e quem permanece à margem da transição tecnológica. A promessa inicial de 1992 — de que esses mecanismos resolveriam a crise climática — ainda não se cumpriu plenamente..

Limitações do paradigma da transferência de tecnologia

A lógica da transferência tecnológica consolidada nas últimas três décadas colocou o Sul Global em posição predominantemente receptora, invisibilizando outras formas de inovação — como a produção colaborativa entre comunidades e instituições do Norte e do Sul. Ela ressaltou que é preciso romper com o paradigma de dependência, reconhecendo a diversidade de arranjos e práticas já existentes nos países em desenvolvimento, que muitas vezes operam à margem das estruturas formais de CT&I.

Governança fragmentada e falta de diálogo entre instrumentos

Falta de coordenação entre mecanismos criados no âmbito das convenções, como o Mecanismo de Tecnologia (TEC/CTCN) e a Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais (LCIPP). Essa fragmentação enfraquece o potencial integrador da ciência e da tecnologia e impede que as políticas refletiram os conhecimentos e prioridades dos territórios. Um dos principais desafios, disse, é restabelecer o diálogo entre ciência, política e povos tradicionais, superando estruturas institucionais rígidas e desarticuladas.

Sinergia entre convenções e integração de sistemas de conhecimento

Fortalecer a coordenação entre as convenções do Clima, Biodiversidade e Desertificação, buscando sinergia nas políticas e nas práticas de CT&I. Ela defendeu que essa integração passa pelo diálogo entre sistemas de conhecimento — científico, tradicional e comunitário — e pela valorização da diversidade epistemológica como ativo da política climática brasileira.

Justiça de CT&I e transição de paradigmas

A COP30 será a COP da implementação com justiça científica e tecnológica. Ela argumentou que o Brasil vive uma transição de paradigma — de uma política de ciência pós-guerra, centrada em grandes infraestruturas e inspiração internacionais, para uma ciência mais participativa, horizontal e orientada ao território. Essa mudança é o caminho para garantir políticas de CT&I justas, inclusivas e alinhadas à realidade brasileira.

Aspas Selecionadas

“Os instrumentos de ciência e tecnologia não são neutros — são atravessados por disputas políticas e geopolíticas.” — Marília Closs, Plataforma CIPÓ

“A COP da implementação se faz com políticas justas de ciência, tecnologia e inovação.” — Lara Ramos, WTT

Casos, cases e instâncias citadas

[Policy Brief — “Reavaliando o papel da CT&I na governança climática e ambiental internacional: tendências do Rio-92 à atualidade”](#)

[Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais \(LCIPP\) - um dos principais instrumentos de participação e governança climática no âmbito da UNFCCC.](#)

Mesa 2 – O Papel da Sociedade Civil na Agenda de CT&I para a COP 30

Participantes

Júlio Barbosa de Aquino (Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS)

Marcele Oliveira (Campeã da Juventude COP 30)

Paulo Petersen (Enviado Especial da presidência da COP 30 para Agricultura Familiar)

Alberto Terena (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB)

Eric Terena (Agenda de Mobilização Presidência da COP 30)

Mediação: Valentina Calado (Plataforma CIPÓ)

Pontos de Destaque

Juventude como força estruturante da COP 30

A COP 30 inaugura um novo patamar de participação juvenil, transformando o engajamento das juventudes de ação simbólica em presença estruturante no processo multilateral. O fortalecimento de um espaço dedicado à articulação jovem dentro da presidência marca um avanço na institucionalização da escuta e da incidência política das novas gerações. Essa presença se concretiza não apenas em pautas e textos oficiais, mas também em soluções de participação na conferência, como o Pavilhão da Juventude, espaço onde as discussões serão conduzidas com quem vive as realidades em debate. A proposta de padrões de participação com metas de diversidade e inclusão transforma a governança da conferência em uma política pública de visibilidade e pertencimento. Trata-se de garantir que nenhum tema seja debatido sem a presença direta de quem o vive, superando a distância entre discurso e prática.

Território e saberes como origem das soluções climáticas

A inovação climática nasce nos territórios — espaços onde se experimenta, adapta e valida tecnologia frente às transformações ambientais. É nas comunidades locais, rurais, periféricas e tradicionais que se testam soluções concretas para ondas de calor, enchentes, secas e pressão sobre biomas. A combinação de ciência cidadã, agroflorestas, energia descentralizada e comunicação comunitária revela que a transformação climática depende de políticas públicas que reconheçam e financiem práticas territoriais, garantindo que os recursos cheguem à ponta. Os saberes indígenas ocupam lugar central nesse processo. Os territórios originários são os mais preservados porque resultam de conhecimento aplicado, transmitido e aprimorado por gerações, demonstrando que ancestralidade e ciência são dimensões complementares. Reafirmar o papel desses saberes é essencial para consolidar uma ciência viva, capaz de unir ética, técnica e cultura na busca por soluções sustentáveis. Reconhecer formalmente esses conhecimentos como parte do sistema de ciência, tecnologia e inovação, assegurar sua presença institucional e garantir autonomia e financiamento direto para ações conduzidas a partir dos territórios são passos fundamentais para uma agenda climática efetiva. A demarcação de terras é também reafirmada como política climática estratégica, e a participação de povos e comunidades tradicionais deve ocorrer não apenas como consulta, mas como cocriação e coimplementação das estratégias de adaptação e mitigação.

Da escuta à ação: tecnologia e mobilização a serviço da justiça climática

A efetividade da ação climática depende da capacidade de transformar diagnósticos em práticas e escuta em implementação. O desafio central é fazer com que o conhecimento produzido — técnico, social ou ancestral — se traduza em soluções concretas, capazes de responder às necessidades reais dos territórios. A mobilização passa a ser compreendida como um método de governança, apoiado em processos de consulta estruturada e balanço ético global, que fortalecem o diálogo entre comunidades, ciência e tecnologia. Mais do que gerar informação, trata-se de converter dados em justiça, ampliando vozes,

corrigindo desigualdades e conectando evidências, inovação e políticas públicas. Nesse movimento, a tecnologia assume um papel social essencial: servir à ação coletiva, impulsionando soluções que nascem na base e se consolidam no sistema, de forma inclusiva, colaborativa e orientada por resultados concretos. O mutirão é o símbolo da COP 30 de implementação: um pacto entre saberes, gerações e territórios para transformar intenção em resultado.

Agricultura como cultura: diversidade e território no centro da transição climática

O enfrentamento à crise climática passa por reconhecer que agricultura é cultura, e que a produção de alimentos está diretamente ligada aos modos de vida, aos territórios e às identidades locais. As agriculturas do plural — familiar, camponesa, indígena, quilombola e agroecológica — revelam que inovação e sustentabilidade só se consolidam quando há diversidade produtiva e sociocultural. Valorizar esses sistemas é investir em resiliência, soberania alimentar e justiça climática, fortalecendo práticas que regeneram solos, preservam biomas e sustentam comunidades.

Alianças para além da COP: continuidade e incidência territorial

A preparação para a COP 30 é também um exercício de aliança duradoura entre sociedade civil, povos indígenas e instituições públicas. Essas coalizões são fundamentais para enfrentar pressões estruturais. O desafio é transformar o espaço da COP em plataforma de compromissos contínuos, sustentados por mecanismos de monitoramento e financiamento climático direto para territórios e comunidades. A ação climática eficaz depende da defesa permanente dos territórios, da demarcação de terras e do reconhecimento de quem protege as florestas como guardiões da vida.

Aspas Selecionadas

“A juventude assume papel central na COP 30, transformando participação em presença real e decisória. Implementar é incluir quem vive as consequências e propõe as soluções.”

— Marcele Oliveira, Campeã da Juventude COP 30

“Os saberes tradicionais não são passado, são ciência em movimento. Proteger territórios é garantir o futuro do planeta.”

— Alberto Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

“Soluções sustentáveis nascem da cooperação: quando territórios, ciência e comunidades atuam em rede, o resultado é coletivo.”

— Eric Terena, Presidência COP 30 – Mobilização

“Não há neutralidade na inovação: ou ela serve à vida, ou aprofunda desigualdades. A escolha deve ser coletiva e guiada pela justiça climática.”

— Paulo Petersen, Enviado Especial da Presidência da COP 30 para Agricultura Familiar

Casos, cases e instâncias citadas

[Plataforma Mutirão das Juventudes COP 30 - Mapeia ações de juventudes para COP 30](#)

[Plataforma de Mutirões - Plataforma que reúne agenda de mutirões realizadas para COP 30](#)

[Route to Belém - Ferramentas digitais para COP 30 como chatbot, agenda, estudo e plataforma digital multiverso.](#)

Dinâmica - Aquário

Impactos territoriais e justiça climática

Os efeitos da crise climática atingem de forma desproporcional as populações já vulnerabilizadas, especialmente as que vivem em territórios rurais, periféricos e tradicionais. Observar os impactos a partir dessas realidades é o primeiro passo para construir soluções

situadas, capazes de responder aos desafios concretos vividos por essas comunidades.

Ampliar o conceito de tecnologia

A inclusão na agenda de ciência, tecnologia e inovação passa por redefinir o que se entende por tecnologia. Para além de aplicativos e ferramentas digitais, a inovação deve abranger saberes e práticas tradicionais, sistemas extrativistas, manejos sustentáveis e soluções sociais criadas em contextos locais. Comunicar esse conceito de forma acessível é essencial para que comunidades se reconheçam e participem ativamente do ecossistema de CT&I.

Antirracismo como eixo da inovação

A construção de uma agenda de CT&I inclusiva exige colocar o antirracismo como princípio estruturante. As desigualdades territoriais, o racismo ambiental e institucional e a invisibilização de populações negras e indígenas são expressões de uma tecnologia de exclusão que precisa ser enfrentada. Incorporar o olhar antirracista em todas as etapas — da produção de conhecimento ao acesso a financiamento — é condição para uma verdadeira transição justa.

Financiamento inclusivo e protagonismo territorial

A implementação de soluções climáticas depende de mecanismos de financiamento que alcancem os territórios. É necessário envolver agências públicas e fundações de pesquisa em uma nova arquitetura de apoio à ciência, protagonizada por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O investimento em modelos de coconcepção e coprodução de conhecimento é chave para consolidar uma ciência orientada pela diversidade e pela equidade.

Ciência para um planeta finito

A ciência e a inovação precisam reconhecer os limites do planeta. O enfrentamento da crise climática não virá de soluções tecnológicas isoladas, mas de uma mudança de paradigma: adotar a lógica de um planeta finito, inspirada nas práticas e modos de vida de povos e comunidades que há séculos convivem com a natureza de forma

sustentável. Essa visão substitui a expectativa de uma “tecnologia salvadora” por um compromisso ético com o equilíbrio ecológico.

Institutos e redes de pesquisa territorializados

O fortalecimento da CT&I brasileira requer instituições de pesquisa enraizadas nos biomas e conectadas com as realidades locais. A criação de institutos indígenas e regionais de ciência e inovação pode ampliar a escala da produção científica e assegurar que os recursos retornem a quem vive e protege os territórios. A difusão do conhecimento deve ser acompanhada por mecanismos de redistribuição de recursos e valorização dos saberes locais.

Reformular a incidência da ciência: olhar o problema antes da solução

É necessário repensar o papel da ciência não apenas como produtora de respostas, mas como ferramenta de escuta e análise de problemas complexos. A crise climática exige novos imaginários e epistemologias para compreender suas causas estruturais. Essa mudança passa por abrir espaço a outros modos de ver o mundo, reconhecendo que o olhar científico tradicional, quando isolado, tende a limitar a compreensão dos desafios socioambientais.

Tecnologia da escuta e coordenação entre instrumentos

O fortalecimento da ação climática global demanda reconstruir a capacidade de escuta e articulação entre atores e instrumentos de governança. Mecanismos como o IPCC, o Mecanismo de Tecnologia e a Plataforma de Povos Indígenas precisam atuar de forma coordenada, superando fragmentações e sobreposições. Aprimorar a “tecnologia da escuta” — entre instituições, convenções e comunidades — é essencial para restaurar a coerência do sistema multilateral e da cooperação climática.

Justiça social e transição justa na CT&I

A ciência, tecnologia e inovação devem ser ferramentas de redução das desigualdades, e não de sua reprodução. A transição justa implica colocar a justiça social no centro das decisões, articulando universidades, projetos de extensão e comunidades locais. É necessário institucionalizar parcerias duradouras entre pesquisa e território,

garantindo que a produção científica responda às demandas da sociedade e reconheça os saberes locais como formas legítimas de conhecimento.

Síntese Integrada — Prioridades e Ações do Mutirão TecnoClima Brasília

O Mutirão TecnoClima Brasília consolidou um conjunto de prioridades e ações que expressam o papel estratégico da ciência, tecnologia e inovação na transição justa e na implementação do Acordo de Paris. As discussões dos dois grupos de trabalho (GTs) — voltados à governança da CT&I e à inovação e financiamento — convergiram para uma visão integrada, na qual o conhecimento, a tecnologia e os saberes tradicionais formam um mesmo sistema de resposta climática, orientado pela ética da escuta e pela corresponsabilidade dos territórios.

A primeira dimensão destacada é a da ciência e dos saberes. **Os grupos ressaltaram a necessidade de um marco normativo nacional que reconheça os conhecimentos tradicionais e indígenas como parte constitutiva do sistema de CT&I, garantindo sua presença institucional, autonomia de gestão e financiamento direto para soluções desenvolvidas a partir dos territórios.** A integração entre ciência, tecnologia e saberes tradicionais foi apontada como eixo essencial para uma transição justa, capaz de alinhar o regime climático a múltiplas epistemologias. Propôs-se ainda a criação de um grupo de trabalho permanente no âmbito da Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais (LCIPP), fortalecendo o diálogo entre o Mecanismo de Tecnologia (TEC/CTCN) e os sistemas de conhecimento locais. Entre as prioridades, estão também o desenvolvimento de métricas socioterritoriais para avaliar políticas de CT&I em contextos de vulnerabilidade e a consolidação de espaços de cocriação entre comunidades, universidades e centros tecnológicos.

No eixo de inovação e tecnologia, a principal mensagem é que a inovação deve ser dirigida — e não apenas emergente. A transição

tecnológica precisa ser orientada por critérios éticos, sociais e ambientais, incorporando o princípio da direcionalidade para a sustentabilidade. O debate destacou a importância do Technology Implementation Program (TIP) como um instrumento de transformação do paradigma da “transferência de tecnologia” para o do “desenvolvimento endógeno”, fortalecendo a capacidade dos países do Sul Global de criar e adaptar suas próprias soluções. Foram propostas políticas de patentes abertas, a criação de bancos públicos de blueprints, o estímulo a ecossistemas de inovação colaborativos.

As discussões sobre financiamento e justiça climática reafirmaram que o acesso a recursos deve estar vinculado à democratização do conhecimento e à soberania dos territórios. Propôs-se a criação de mecanismos de financiamento direto para povos e comunidades tradicionais, evitando intermediários e assegurando autonomia de decisão. Sugeriu-se também o redirecionamento de recursos públicos oriundos do petróleo e de fundos de transição para programas de inovação verde e adaptação local. O financiamento climático, segundo os grupos, precisa apoiar o fortalecimento de capacidades locais e comunitárias, além de priorizar projetos que reduzam desigualdades e promovam a transformação estrutural das economias regionais. A cooperação Sul-Sul foi destacada como oportunidade estratégica para partilha de tecnologias sociais e soluções de baixo carbono.

Na dimensão de comunicação, educação e participação social, as falas convergiram para a urgência de ampliar os canais de diálogo e tornar o processo de CT&I acessível e contínuo. Foi ressaltada a importância da comunicação pública e da integridade da informação como instrumentos de justiça climática. Defendeu-se o fortalecimento das mídias públicas, o uso de plataformas digitais abertas e a produção de conteúdos educativos que traduzem a complexidade técnica das negociações em linguagem cidadã. As propostas incluem a criação de estratégias de comunicação antes, durante e após a COP, divulgação transparente de resultados e a construção de espaços participativos — como o Pavilhão da Juventude e o Pavilhão dos Povos Indígenas — que garantam a presença real e qualificada da sociedade civil no processo multilateral.

Por fim, o eixo de governança e cooperação internacional destacou o papel do Brasil na construção de uma diplomacia tecnológica comprometida com a equidade e a diversidade de conhecimentos. As propostas incluem levar à COP 30 uma agenda unificada que conecte CT&I, transição justa e saberes locais; fortalecer a Casa da Ciência como espaço multilateral de troca entre instituições e redes de pesquisa; e consolidar o Brasil como referência na construção de políticas climáticas inclusivas. As discussões também enfatizaram que a governança deve ser multiescalar, conectando os espaços locais, nacionais e globais por meio de instrumentos de diálogo permanente e processos de balanço ético.

A síntese final das prioridades reforça cinco diretrizes transversais:

1. Reconhecer a CT&I como vetor da transição justa e não apenas como ferramenta técnica;
2. Garantir financiamento direto e participativo às comunidades e territórios;
3. Democratizar a produção, o acesso e o uso do conhecimento climático;
4. Fortalecer a governança aberta e colaborativa da agenda climática; e
5. Consolidar o Mutirão TecnoClima como metodologia de política pública e modelo replicável de mobilização científica, tecnológica e social